
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANA PAULA JANSONS ALMEIDA

**A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL:
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO A PARTIR
DE ALGUNS MÉTODOS**



Rio Claro
2016

ANA PAULA JANSONS ALMEIDA

A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: CONSTRUÇÃO DO
CONHECIMENTO A PARTIR DE ALGUNS MÉTODOS.

Orientador: Andreia Osti

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau
de licenciada em Pedagogia.

Rio Claro
2016

372.41 Almeida, Ana Paula Jansons
A447h A história da alfabetização no Brasil : construção do
conhecimento a partir de alguns métodos / Ana Paula Jansons
Almeida. - Rio Claro, 2016
40 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
Rio Claro
Orientadora: Andreia Osti

1. Alfabetização. 2. Métodos de alfabetização. 3.
Didática. 4. Leitura. 5. Escrita. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo sustento nessa etapa acadêmica longe de casa, proporcionando-me muitos aprendizados.

Agradeço aos meus pais, Luiz Percival e Eunice, pela confiança e dedicação para que eu concluísse esse curso, incentivando e auxiliando-me nos momentos difíceis.

Ao meu noivo, futuro marido Rodrigo, por me encorajar à superação, e por me dar o incentivo necessário para a conclusão nessa etapa final e desafiadora.

Aos meus amigos, Amanda Romero e Lucas Maia, presença e auxílio em Rio Claro.

A minha orientadora, Andreia Osti, a quem tenho profunda admiração desde os primeiros contatos, pela valorização como estudante e, como pessoa, confiando na realização desse trabalho e do meu desenvolvimento acadêmico.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa consiste em compreender alguns dos métodos de alfabetização que se configuram como relevantes dentro da história da alfabetização no Brasil. Pretende-se apresentar as características principais dos métodos analítico, sintético, tradicional, e o método denominado Montessoriano, além de compreender como se dá a construção do conhecimento e o papel do professor nesse processo. Especificamente, em relação ao método alemão Montessoriano, iremos apresentar suas características, buscando relacionar as condições básicas para a leitura e escrita aos jogos que fazem parte do repertório pedagógico para crianças. O método utilizado será a pesquisa bibliográfica. O intuito em pesquisar esse tema é compreender ou apontar novos métodos que fazem parte do contexto educacional brasileiro e buscar alternativas de superação do método tradicional, para um processo de construção de conhecimento mais completo, a partir desses referenciais históricos.

Palavras-chave: Alfabetização. Didática. Leitura. Escrita.

SUMÁRIO

Introdução.....	5
1. HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL.....	12
1.1 Métodos de alfabetização.....	15
1.2 Psicogênese da língua escrita.....	20
2. MÉTODO MONTESSORI NA ALFABETIZAÇÃO.....	24
2.1 Jogos e brincadeiras no processo de alfabetização e letramento.....	30
Considerações Finais.....	34
Referências Bibliográficas.....	37

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil é motivo de preocupação há muito tempo, o que gera um incômodo no que tange ao trabalho do educador, pois ninguém quer lutar e batalhar todos os dias em um padrão que já é considerado fracassado. Por isso, o profissional que acredita no trabalho que realiza e idealiza, vai buscar a melhor forma de exercê-lo, a fim de avançar em seu objetivo. No ensino, temos métodos diversos, que são os caminhos que determinam as concepções e objetivos.

A escolha do tema a ser tratado nesse trabalho teve por base um desejo de aprofundar o conhecimento na área de alfabetização, e de alguma forma conhecer os métodos e suas diferenciações.

A busca por conhecer mais do assunto, surge do incômodo em assistir noticiários e deparar com índices negativos acerca da educação, além de vivências escolares as quais me permitiram notar condutas diferentes de ensino e me despertar para os modos de aprender, intensificando a curiosidade quando trabalhei em uma escola Montessoriana, por dois meses, a qual tratava da educação, da criança, e do mundo de uma forma que eu jamais tinha ouvido falar. Isso tomou forma e aprofundamento na aula da universidade em que se discutia acerca do problema da alfabetização na idade certa. Além disso, debatia-se em outras disciplinas, a educação precária do país. Assim, tomada de grande motivação e interesse, aliado ao que estudava as questões e respostas se faziam concretas, o que leva à pesquisa sobre a história da alfabetização com foco nos métodos aplicados.

A alfabetização tardia pode ser um obstáculo na vida escolar e desestimular a aprendizagem do aluno. Para que isso seja evitado e, na busca de possível solução o Ministério da Educação lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O objetivo do pacto é alfabetizar em Português e Matemática todas as crianças até os oito anos de idade, no final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Segundo o caderno de apresentação para Formação do Professor Alfabetizador do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, encontra-se:

Na história do Brasil, temos vivenciado a dura realidade de identificar que muitas crianças tem concluído sua escolarização sem estarem plenamente alfabetizadas. Assim, este Pacto surge como uma luta para garantir o direito de alfabetização plena a meninas e meninos, até o 3º ano do ciclo de alfabetização. Busca-se, para tal, contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores. Este Pacto é constituído por um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas a serem disponibilizados pelo MEC, tendo como eixo principal a formação continuada de professores alfabetizadores. (BRASIL, 2012, p.5)

Vê-se, então, nesse documento, a perspectiva e intenção corretas para as ações necessárias, a fim de buscar respostas ao longo desse estudo pela história da alfabetização brasileira contidas em dados como esse, em que o Brasil tem buscado solucionar a fase prioritariamente importante em que o aluno se alfabetiza.

São as seguintes questões que norteiam o trabalho aqui apresentado: Quais são as diferenças entre os métodos de alfabetização desenvolvidos ao longo da história brasileira? Quais são as contribuições desses métodos para o ensino da leitura e escrita atualmente? Essa pesquisa envolve análise do papel do professor, de como se dá a construção do conhecimento e o estudo de alguns métodos que já foram ou são forte referência na alfabetização brasileira.

Pelo conhecimento da história da alfabetização, podem-se compreender as etapas que implicam o processo em paralelo as decisões políticas do país. Segundo Mortatti (2010) "a alfabetização escolar é um processo complexo e multifacetado, que envolve ações especificamente humanas, portanto políticas, caracterizando-se dever do Estado e direito constitucional do cidadão".

Em seus estudos, Mortatti (2010) aponta ainda, que ao longo dos 130 anos de história da alfabetização, é possível constatar a centralidade atribuída no âmbito das políticas públicas a um ou a alguns aspectos da alfabetização, tornando o

processo como neutro e meramente técnico correspondente a verdades científicas comprovadas e inquestionáveis. Tal ponto nos leva a entender que a necessidade de um olhar mais atento à alfabetização, visando corresponder aos seus objetivos propriamente ditos é antiga e envolve um número de aspectos muito maiores do que quando simplesmente queremos a solução, imaginamos.

Mortatti (2010) afirma que "a partir de 1930 a alfabetização passa a integrar-se a políticas e ações do governo estadual com áreas estratégicas para a promoção e sustentação do desenvolvimento nacional", ou seja, desde 1930, conclui-se que o país pode se mudar a partir de um desenvolvimento educacional crescente. Portanto, ler e escrever passou a ser a prova de que as escolas estavam sendo eficientes, para assim atender as urgências políticas e sociais do país.

É a partir dessa perspectiva, que se pretende discutir as metodologias utilizadas, possivelmente até antes das datas anteriormente citadas, porém, só depois de entender alfabetização como crucial no processo de desenvolvimento humano, e de desenvolvimento do país por se tratar de um grande passo na educação é que faz sentido apresentar os métodos atrelados a ideários gerais do país.

É com base em Frade (2007) que o trabalho apresentará as características dos métodos relevantes na história da educação brasileira. Sendo eles os métodos sintéticos que se caracterizam por partir do conhecimento específico para o geral, e dentro dele encontram-se o método alfabético (ou de soletração) que é um dos mais antigos e, segundo a autora, além dele, encontra-se o método fônico, e o método silábico. Há um segundo grupo, que segundo Frade (2007), são os métodos analíticos, os quais são inseridos os métodos de palavração, de sentencição e o método global de contos ou de histórias.

Além disso, a autora trata da ligação existente entre os métodos de alfabetização e os métodos de ensino, que segundo ela, ao serem trabalhados paralelamente, dão ao ensino um ornamento mais amplo e abrangem todos os conteúdos da instrução e formação. Os métodos de ensino apresentados por Frade (2007) são: método individual, método mútuo, método simultâneo, método monitorial.

Percebe-se que a complexidade de alfabetização, também se encontra nos inúmeros modelos, em que ela pode ser apresentada e desenvolvida pelo professor e o aluno. Para isso, é necessária uma conscientização da maneira de intervenção, além do método minuciosamente estudado para aquele aluno. É isso que se pretende abordar quando se fala de intervenção ou do papel do professor no processo de alfabetização.

Apesar de essa intervenção ser variável dependendo do método escolhido, o presente trabalho assume uma linha de que a intervenção feita com qualidade permitirá o aluno buscar seus próprios avanços, sendo considerado um ser capaz e concreto para esse fim, como se vê:

"A grande preocupação do professor-alfabetizador consciente de seu papel mediador entre o alfabetizando e a Língua, objeto de conhecimento particular, é a intervenção pedagógica. Não uma intervenção qualquer /, mas a intervenção adequada, capaz de mobilizar o alfabetizando em uma interação dialógica a ponto de ele encontrar possibilidades de superar seus desafios, aproximando-se cada vez mais, em qualidade, do que se espera que ele consiga, em termos de aprendizagem." (RUSSO, 2010, p.64)

Para agir de maneira eficaz na vida de um aluno, o professor precisa conhecê-lo no que diz respeito a qual atividade e que modo essa atividade pode ser aplicada a fim de gerar aprendizagem. É importante saber em que contexto o aluno está inserido e qual o nível de interesse dele em aprender. Segundo Russo (2010) de nada serve elaborar uma atividade coerente com as necessidades do aluno e não oferecer comandos e condições para que ele reflita sobre ela e possa realizá-la.

É preciso entender como se dá a mediação entre um aluno e um professor, priorizando a aprendizagem, e a superação de um modelo tradicional de escola que foca na disciplina e nos conteúdos, sem lembrar-se do ritmo individual de cada aluno. Conforme o professor entra na jornada de aprendizado junto ao aluno, em busca do mesmo objetivo, a construção do conhecimento acontece, como o próprio

termo se refere como uma construção, desde a base, até a finalização, manutenção, e o resto da vida em que o aluno usará os conhecimentos obtidos nessa fase.

A alfabetização é inserida, na maior parte das vezes, na vida da criança quando se trata das letras do seu nome, partindo de algo a qual o aluno se identifique, crie significado, porém as letras ainda não muito bem definidas. Para o analfabeto, a letra é apenas mais um símbolo que se vê estampado em objetos que fazem parte do dia-a-dia, porém com o estímulo correto essa classificação vai acontecendo, como é citado:

"Somente depois de concluir esta classificação, o alfabetizando poderá realizar outras ações com letras, pois são estas que se prestam a esta função, isto é, só será possível estabelecer relações com letras, se o universo a ser considerado, for efetivamente o das letras." (RUSSO, 2010, p.72)

Assim, o contato com as letras, palavras e textos é que permite ao aluno associar, conforme o método utilizado, construir o seu conhecimento em leitura e escrita. Por exemplo, "Montessori defendeu o método fônico" (FRADE, 2007, p.30), nesse caso, uma das atividades propostas por ela é o alfabeto fônico, que trata da busca da criança por elementos que se associem em letra e som formando o alfabeto. Esses elementos podem ser fornecidos para as crianças embaralhados ou podem ser buscados no ambiente em que elas se encontram.

Há escolas que disponibilizam uma caixa de gavetas ou um conjunto de caixas, uma para cada letra do alfabeto, e todo o objeto que a criança conseguir associar é depositado na letra correspondente. Esse é um processo que faz parte da construção do conhecimento na atribuição de significados. A criança observa os objetos, busca um, na qual ela identifica o nome, saiba para que serve, e associa então ao som de quando pronuncia a palavra, resultando na letra que começa a palavra do objeto.

Ocorre que, a construção do conhecimento, nesse exercício aparentemente simples, faz-se uma conexão no cérebro da criança que olha, e, portanto, tem a forma visual do objeto, toca e, por isso, sente do que é feito e pode até vir à memória outra vez em que viu ou usou o objeto, e quando se descobre a primeira letra, instantaneamente o cérebro relaciona com todos os fatores antes mencionados. Quanto mais esse exercício for explorado, maior o repertório de palavras dessa criança. Esse é somente um dos muitos jogos que Maria Montessori desenvolveu a fim de dar sentido à alfabetização.

Quando se trata do método Montessori, a alfabetização é entendida além da leitura e escrita propriamente ditas, pois, entende-se que antes de ler e escrever, o aluno precisa de condições necessárias, motoras e cognitivas para exercer essas duas funções como, por exemplo, na construção de blocos, trabalhar sequência, classificação, organização de figuras, quebra-cabeça e dominó auxiliares na concentração. Por isso, o método Montessori pode contribuir de forma extraordinária para uma alfabetização eficaz, preparando com jogos o aluno para a complexidade da alfabetização.

O objetivo geral da presente pesquisa consiste em conhecer alguns dos métodos de alfabetização no Brasil. Portanto é baseado nesse objetivo maior que se construirá a pesquisa científica. Para isso, foram traçados objetivos específicos de compreender a história da alfabetização no Brasil, analisar os métodos relevantes na história da alfabetização no Brasil e discutir as diferenças entre os métodos.

O método usado como caminho nesse projeto é a pesquisa qualitativa bibliográfica, como se encontra em Gil (1999), o que consiste na busca e seleção do material que se relacione com o tema escolhido, e que possa contribuir de forma relevante para a construção do trabalho.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 1999, p.69)

A busca de material para esse método de pesquisa exige autores ou textos que se estabeleçam algum tipo de conexão com os temas abordados nesse trabalho. No caso do presente trabalho, buscou-se a congruência dos textos tratados e refletidos em sala na disciplina de alfabetização, e uma busca dos mesmos autores, com outros títulos, porém relacionados à alfabetização, a fim de entender melhor o contexto de cada texto, e completar um ao outro.

Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários. Este trabalho será desenvolvido a partir da história da alfabetização no Brasil, por isso há a necessidade de buscar fontes seguras, para colher dados pertinentes à pesquisa científica aqui apresentada.

Os principais autores consultados que sustentam a realização desse trabalho são: Maria do Rosário Longo Mortatti, Magda Soares, Isabel Frade, Maria de Fátima Russo e Claudia Maria Mendes Gontijo. Além das leituras sobre o método Montessori em artigos de revistas variadas, e apostilas contidas em uma escola que usa o método.

O trabalho será apresentado na seguinte ordem: primeiro será abordada a História da alfabetização no Brasil, depois são apresentados os métodos de alfabetização e os contextos em que estão inseridos, levando à questão da teoria da psicogênese da língua escrita e o uso da cartilha. Na segunda parte do trabalho serão introduzidas ideias sobre o método Montessori e uma discussão sobre o lugar importante do jogo e das brincadeiras na alfabetização.

CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Analisando o período histórico do Brasil, a partir da colonização, no século XVI, os portugueses deram o monopólio de educação nas mãos dos jesuítas que já haviam trabalhado na criação de escolas na Europa até então. Os jesuítas chegam ao Brasil em 1549, e criam a primeira escola em Salvador, depois no Rio de Janeiro e São Paulo com a intenção missionária de catequizar os índios e formar sacerdotes brancos que ensinariam posteriormente os índios e permaneceriam no território brasileiro. Nesse momento inicia-se o ensino de primeiras letras, aos nativos e dos filhos dos colonos com a educação jesuítica, a qual a preocupação era estabelecer escolas e ensinar as crianças a ler, escrever, a contar e a cantar, com o foco missionário.

Segundo Azevedo (1976), quinze dias depois de chegarem os jesuítas, já funcionava uma escola de ler e escrever. Com o início daquela política de instrução, eles haviam de manter inalterável através dos séculos o costume de abrir sempre uma escola onde quer que se erigisse uma igreja. Além do objetivo principal de ensino dos jesuítas para a catequização dos índios, era também promover o processo de aculturação dos mesmos, incutindo sobre eles a cultura europeia junto à religião cristã.

Posteriormente, segundo Paiva (2000), a certa altura da catequese dos índios, os próprios jesuítas vão julgá-las desnecessárias. E os colégios se voltam para os filhos dos colonos, sendo os jesuítas responsáveis pela educação das elites da colônia durante dois séculos seguintes. Mesmo que os jesuítas tenham concentrado sua política educacional na educação de uma elite religiosa, eles iniciaram com o ensino as primeiras letras dos filhos dos índios e dos colonos. Dessas atividades surgiram dois tipos de escolas: a escola de ler e escrever e o colégio.

A escola de ler e escrever limitava-se a ensinar as boas maneiras e a técnica da leitura e da escrita. O colégio era o seminário, e ensinava-se principalmente moral, filosofia e línguas clássicas. Posteriormente, podia-se

estudar teologia, direito ou medicina na Universidade de Coimbra, dirigida pelos jesuítas.

Essa orientação do sistema educacional, segundo Berger (1972), destinava-se a oferecer aos filhos das famílias influentes uma educação clássica, humanística, acadêmica e abstrata, que era o ideal para aquela época. O financiamento e a administração do sistema escolar era responsabilidade dos jesuítas.

O termo instrução inicialmente era utilizado para designar o ensino de primeiras letras e, posteriormente, no século XX designava todo o processo de escolarização, o que evidencia uma mudança no sentido da terminologia.

A palavra alfabetizar pressupõe conhecer o alfabeto, somatizado a ação, ou uso dele, portanto na leitura e na escrita. Segundo o dicionário da Língua Portuguesa, alfabetização é o ato ou efeito de alfabetizar, de ensinar as primeiras letras; processo de aquisição de códigos alfabéticos e numéricos; ato de propagar o ensino ou difusão das primeiras letras.

A alfabetização escolar, segundo Mortatti (2010) é um processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, na fase inicial de escolarização de crianças, caracterizado por sua complexidade e multifacetada no que envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão.

Para Soares (2009), alfabetização é a ação de alfabetizar, de tornar alfabeto. Alfabetizar é ensinar a ler e a escrever, é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever. Conforme Freire (1983), a alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. Até o momento foram implantadas cerca de dezessete escolas jesuíticas no Brasil.

Os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1779, e com isso, houve uma grande desorganização no sistema escolar. O governo precisou assumir a educação, e nesse momento foi instituída a Escola Régia, porém, por conta da movimentação, a homologação só foi feita em 1772, quando houve a contratação dos primeiros professores. Para ensinar era exigido do governador

da capitania e de uma autoridade eclesiástica saber ler, escrever, contar e um mínimo de doutrina cristã. A escola era pública, gratuita e mantinha o programa de ensino a ler, escrever e contar, além da característica religiosa.

Em 1827 foi decretada a primeira lei geral de ensino, conhecida como lei das escolas de primeiras letras, ela determinou vários assuntos, e dentre eles a educação feminina, que passa a ser ministrada, porém somente por mulheres, e deve ser acrescentado o ensino de prendas domésticas no lugar da aritmética.

Em 1834, com o Ato Adicional à Constituição Imperial, promoveu-se a descentralização do ensino elementar, cada província nesse momento fica encarregada de formar seus professores, e tem a responsabilidade pela educação. Essa descentralização ocorre de maneira caótica para o ensino primário no Brasil, pois os discursos belos não correspondem às práticas desorganizadas.

Em 1890, nasce a Escola Nova, que trás uma proposta estrangeira de escola monumental, bem estruturada fisicamente, com professores capacitados qualitativamente, seriada, cada turma com o seu professor correspondente que recebe o nome de Grupo Escolar, o primeiro institui-se em São Paulo em 1895.

Segundo Mortatti (2010) *“É também ao longo desse momento, já no final da década de 1910, que o termo “alfabetização” começa a ser utilizado para se referir ao ensino inicial da leitura e da escrita”*.

Na história da alfabetização, a discussão de métodos fica indissociável ao longo dos anos, pois como foi dito, as escolas de primeiras letras ganharam espaço óbvio pela sua necessidade, e da criação do ensino no Brasil pelos jesuítas se expandiu a ponto de já criarem escolas monumentais e grupo escolar. Por isso, a partir desse momento da pesquisa, irei compor a história da alfabetização, alinhada a história dos métodos de alfabetização no Brasil.

1.1 Métodos de alfabetização

De acordo com Frade (2005) os métodos de alfabetização se consolidam juntamente com os ideários gerais e aqueles que dão as bases para a eleição dos conteúdos específicos da língua a serem ensinados as crianças no processo inicial da apropriação da escrita. Os métodos se dividem em dois marcos fundamentais, a saber: aqueles que focalizam na decifração e os que priorizam a compreensão. Ambos têm como conteúdo o ensino da escrita, mas diferem quanto ao procedimento mental e quanto ao conteúdo da alfabetização que ensinam.

Os métodos sintéticos direcionam o ensino das partes para o todo, destacando a associação entre fonema e grafema, incluindo decoração de sinais gráficos e as correspondências fonográficas. Para Frade (2005) Todas as atividades relacionadas aos métodos sintéticos guardam a coerência com um pressuposto: a transformação da fala em sinais gráficos. É através da dedução do aprendiz que ocorre essa transformação. São eles os métodos de soletração, silabação e método fônico.

Segundo Carvalho (2007), o método de soletração, também denominado alfabético, parte da combinação de letras e sons, baseando-se na correspondência entre o visual e o auditivo direcionado para a memorização das sílabas e para formação isolada de palavras.

Para Frade (2005) no método alfabético ou de soletração sua aplicação é uma sequência modelar que inclui: decoração das letras do alfabeto, seu reconhecimento posterior em pequenas sequencias e numa sequencia de todo o alfabeto e finalmente em letras isoladas. Em seguida, a decoração de todos os casos possíveis de combinações silábicas. Através da simples memorização e adição de letras, os aprendizes é que deveriam recuperar-se sozinhos as relações dos sinais gráficos como a fala.

O método de silabação, atualmente usado, é semelhante ao método anteriormente descrito, com ênfase excessiva na codificação e decodificação, valorização da memorização e silabação formando palavras e depois, frases, fato que gera a principal diferença entre o método de soletração e o de silabação.

No método fônico, o destaque é na consciência fonológica, com ênfase nas contribuições linguísticas e na associação fonema e grafema. Quem acredita nesse método ensina os sons das letras para formar palavras e usam diversas possibilidades didáticas para essa prática de ensino. O método fônico é alvo de críticas por tratar-se de um processo mecânico de aquisição do código escrito, descontextualizando o processo de leitura e escrita. A preocupação inicial é com o processo de decodificação a despeito da compreensão significativa.

Para Frade (2005) ele nasce como uma reação entre críticas ao método de soletração. Começa-se ensinando a forma e o som das vogais depois se ensinam as consoantes, estabelecendo entre elas relações cada vez mais complexas. Cada letra (grafema) é aprendida como um som (fonema) que junto a outro som, forma sílabas e outras palavras. Há uma sequência de grau de complexidade para se respeitar ao ensinar os sons. Dos mais fáceis aos mais complexos. Na organização do ensino a ênfase na relação som/letra é o principal objetivo. As variações do método fônico se apresentam nas maneiras diversas de apresentar o som, por exemplo, associando a alguma palavra significativa como sons do próprio nome, nome de familiares, nome de animais, histórias que contextualizem essa apresentação e etc.

Morais (2010), ao criticar o método fônico, afirma que este método apresenta várias limitações e que não se justificam as explicações de seus defensores acerca do princípio alfabético e da consciência fonológica, utilizados como princípio básico que o explicam. Afirma ainda, que a fonetização não é suficiente para levar a criança a compreender o funcionamento da escrita para conquistar um aprendizado consistente na construção de conhecimento sobre a escrita.

As primeiras cartilhas brasileiras, produzidas no final do século XIX sobretudo por professores fluminenses e paulistas a partir de sua experiência didática, baseavam-se nos métodos de marcha sintética (de soletração, fônico e de silabação) e circularam em várias províncias/estados do país e por muitas décadas. (MORTATTI 2010, p.5)

A primeira Cartilha surge em 1880, conhecida como Cartilha Maternal ou Arte da Leitura, e nela continha o método João de Deus, ou método de palavração que se diferenciam dos métodos até então utilizados por partir do ensino da palavra para depois desta compreensão, analisar os valores fonéticos das sílabas e letras.

As opiniões se dividiram entre os dois métodos apresentados e segundo Mortatti, foi a partir desse momento que percebeu-se que a questão dos métodos era fundamental para o ensino. Fez-se necessário uma análise sobre como ensinar e através dessa disputa pode-se perceber a importância de o que ensinar na discussão dos métodos.

Mortatti (2010) afirma que *“a partir dessa primeira década republicana, professores formados por essa escola normal passaram a defender programaticamente o método analítico para o ensino da leitura e disseminaram-no para outros estados brasileiros, por meio de “missões de professores” paulistas.”*

Os métodos analíticos ou chamados, globais são: método de palavração, sentencição e métodos de conto. Eles têm como evidencia a contextualização e o reconhecimento global da palavra. Portanto, o ensino se dá de forma significativa, são mais próximos à ideia de letramento e partem mais do contexto do aluno.

Diferentemente dos métodos de marcha sintética até então utilizados, o método analítico, sob forte influência da pedagogia norte-americana, baseava-se em princípios didáticos derivados de uma nova concepção — de caráter biopsicofisiológico — da criança, cuja forma de apreensão do mundo era entendida como sincrética. A despeito das disputas sobre as diferentes formas de processuação do método analítico, o ponto em comum entre seus defensores consistia na necessidade de se adaptar o ensino da leitura a essa nova concepção de criança. (MORTATTI 2010, p.7)

Os métodos analíticos procuram romper radicalmente com o princípio da decifração, buscando atuar na compreensão. Toma-se como unidade de análise a palavra, a frase, o texto e supõe que baseando-se no reconhecimento global como estratégia inicial, os aprendizes conseguem partir as análises das unidades, de texto a frases, de frases a palavras e de palavras a sílaba.

Para Frade (2005) no método de palavração, as palavras são apresentadas em agrupamentos e os alunos aprendem a reconhecê-la pela visualização e pela configuração gráfica. É uma memorização pelo perfil gráfico. Nas atividades práticas, as figuras podem acompanhar as palavras, e a repetição gera a memorização. São incentivadas estratégias de leitura inteligente, a atenção do aluno deve se dirigir a detalhes da palavra como letras, sílabas e sons. Essas duas estratégias deveriam garantir o enfrentamento de textos novos.

No Método de sentencição, a unidade é a sentença, depois de reconhecida globalmente e compreendida, será decomposta em palavras e, finalmente em sílabas. Há a estratégia de comparar palavras e isolar elementos conhecidos nelas para ler e escrever palavras novas.

De acordo com Frade (2005) no Brasil, menções do método analítico já vinham desde o século XIX, mas somente na década de 30 veio a denominação método global de contos ou histórias. A unidade analisada é o texto. Ela parte do reconhecimento global de um texto, que é memorizado e ~~ido~~ durante um período, posteriormente ocorre o reconhecimento das sentenças, seguidas do reconhecimento das expressões "porções de sentido de palavras" e, finalmente,

das sílabas. Somente após um contato maior com o texto é que viria a decomposição.

Em 1920, o método analítico já não era mais a preferência, os professores que o questionavam começaram a buscar novas propostas de solução para os problemas de ensino e aprendizagem na fase de alfabetização.

Surgem então, os métodos que abrangem dois tipos, eles são chamados de ecléticos ou mistos. Os métodos ecléticos são descritos por Carvalho (2007) como métodos que destacam assimilação do texto como elemento primário e identificam por consequência, e ao mesmo tempo as relações entre fonema-grafema de decodificação, caracterizados nos métodos sintéticos, anteriormente citados.

Também a partir dessa época, aproximadamente, as cartilhas passaram a se basear predominantemente em métodos mistos ou ecléticos (analítico-sintético e vice-versa) e começaram a se produzir os manuais do professor acompanhando as cartilhas, assim como se disseminou a ideia e a prática do "período preparatório". (MORTATTI 2010, p.9)

De acordo com Mortatti (2000) solidifica-se o uso de cartilha no Brasil nas primeiras décadas do século XX, quando se tem apoio de editores e especialização de editoras na publicação desse tipo de livro didático junto à aprovação, busca, compra e distribuição nas escolas do professor, por parte dos governos estaduais.

Mortatti (2000) aponta que em 1980, acontece um questionamento sobre a necessidade do método e as cartilhas alfabetizadoras, em decorrência da intensa divulgação do pensamento construtivista e interacionista de alfabetização. Ao longo desses anos a cartilha sofreu alterações relativas ao método e foi aprimorada e atualizada em seu conteúdo, no entanto permanece até hoje caracterizada como uma sequência necessária de passos predeterminados para o ensino e aprendizagem iniciais de leitura e escrita.

Mortatti (2000) aponta que no Brasil, desde pelo menos a última década do século XIX, a escola vem prometendo a cada nova geração o acesso à instrução e ao mundo público da cultura letrada. Na escola brasileira o que se tem oferecido aos estudantes é o acesso a certa cultura escolar, mediado especialmente pela cartilha, esse primeiro e emblemático instrumento substitutivo do trabalho dos professores e alunos que se apresenta como portal do mundo prometido e que forma nossas crianças no sentido da constituição de um modo de pensar, sentir, querer, agir relacionado com a imagem idealizada de linguagem e língua e com modelos equivocados de leitura escrita e texto.

1.2 Psicogênese da Língua Escrita

A Psicogênese da língua escrita surge no contexto educacional, na década de 1980, segundo Mortatti (2000), como uma revolução conceitual em relação às concepções de alfabetização, fundamentando-se numa perspectiva psicológica e psicolinguística. Esta teoria consiste na alfabetização como um processo de aquisição da língua escrita, compreendida como objeto de conhecimento. A escrita é entendida como um sistema de representação e sua aquisição remete à formação de conceitos sobre a representação da língua escrita pela criança, sujeito que interage com o objeto do conhecimento, denominado como *cognoscente*.

Os estudos de Ferreiro e Teberosky (1999) contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento de uma nova epistemologia acerca da aquisição da língua escrita no surgimento do construtivismo, o qual foi muito difundido no país, decorrente dos estudos

A teoria psicogenética desenvolveu reflexões acerca da alfabetização, definindo-a como processo de aquisição da língua escrita e considerando a escrita como objeto cultural. O impacto dessa teoria no processo de aquisição da língua escrita provocou o fortalecimento de novas concepções sobre alfabetização, situando os aprendizes como sujeitos que constroem seus

próprios conceitos acerca da língua escrita, sem depender dos métodos de ensino.

A teoria defende que os métodos por si mesmos não produzem aprendizagens. O processo de alfabetização, nesta perspectiva, considera os conhecimentos prévios que as crianças possuem sobre a língua escrita, ativando-os no decorrer do processo de alfabetização, a partir dos níveis de escrita desenvolvidos pelos alunos. E propõe ideias para repensar a prática escolar da alfabetização de crianças, com o propósito de contribuir com o redimensionamento da intervenção pedagógica no campo da alfabetização.

O foco das discussões sobre a aprendizagem da leitura e da escrita, antes dos estudos sobre a psicogênese da escrita, concentrava-se na avaliação dos métodos de ensino. A partir da psicogênese da língua escrita, as discussões situam-se em torno da aprendizagem do sujeito, focalizando como a criança aprende a ler e a escrever. Ou seja, não depende exclusivamente do método usado pelo professor, pois envolve o aprendiz como sujeito que produz conhecimento sobre a escrita, interagindo com este objeto sociocultural.

A concepção da aprendizagem entendida como um processo de obtenção de conhecimento inerente à psicologia genética supõe, necessariamente, que existam processos de aprendizagem do sujeito que não dependem dos métodos processos que, poderíamos dizer, passam através dos métodos. "O método (enquanto ação específica do meio) pode ajudar ou frear, facilitar; porém, não pode criar aprendizagem". (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 31).

Com base na Psicologia Genética, compreendemos que os métodos de alfabetização não criam aprendizagens, mas podem auxiliar no processo de construção do conhecimento. Compreendemos, também, que essa abordagem não inviabiliza a utilização de um direcionamento metodológico, ou seja, que a teoria psicogenética não defende a desmetodização do processo de alfabetização.

Os estudos de Ferreiro e Teberosky (1999) põem em questão o papel da escola na exclusão de alunos que não conseguem se alfabetizar, lembrando que as escolas não levam em consideração o fato de que as crianças têm experiências com a escrita, participando cotidianamente de diversas situações de interação com a língua escrita.

Contudo, a partir dessa teoria, e da negação dos métodos tradicionais, ainda persistem os problemas referentes às dificuldades de ensino-aprendizagem da língua escrita nas escolas, o que revela a necessidade de sistematização do ensino.

De 1995 a 1998, período do mandato de Fernando Henrique Cardoso ocorreu uma reforma no Estado brasileiro, na política educacional brasileira articulam-se processos de descentralização e centralização (administrativa, financeira e pedagógica). Como consequência, têm-se a tendência de se configurar diferentes sistemas de educação autônomos.

Por fim, hoje é sabido que cada escola tem autonomia de assumir sistemas educacionais próprios, e assim os métodos também se encaixam. Apesar da forte influência do construtivismo nas escolas, existem hábitos tradicionais bem presentes.

Num primeiro momento da história da alfabetização, sua eficácia é uma questão de métodos, de suas funções, aprimoramentos, descobertas. Porém, com as concretizações impostas pelas cartilhas de alfabetização, que vão sedimentando, concomitantemente a uma cultura escolar, certas concepções de língua/linguagem, alfabetização, métodos e conteúdos desse ensino de leitura e escrita. Pode-se observar que, mesmo se propondo o deslocamento do eixo das discussões dos métodos de ensino para o nível de maturidade ou o processo de aprendizagem do alfabetizando, justificado por outras tendências em psicologia permanece a psicologia como base teórica com função diretora no ensino da leitura e da escrita.

É possível, então, pensar que, no ritmo desse complexo movimento histórico da alfabetização no Brasil, marcado pela questão dos métodos, a

despeito das mudanças efetivamente ocorridas, a desejada ruptura com a tradição se processa, muitas vezes, no interior de um quadro de referências tradicional e, por vezes, ao nível das superestruturas, apenas, indicando a continuidade, no tempo, de certos ideais centrados na concepção de educação como esclarecimento, não atingido, que permanece como parâmetro primeiro a demandar ajustes e meios cada vez mais eficazes, em cujo âmbito se vai consolidando o interesse pela alfabetização como área estratégica e cada vez mais autônoma (ainda que limitada) para a objetivação de projetos políticos e sociais decorrentes de urgências de cada época, ao mesmo tempo em que se vão produzindo reflexões e saberes que configuram o movimento de escolarização do ensino e aprendizagem da leitura e escrita e de sua constituição como objeto de estudo/pesquisa, evidenciando a alfabetização como o signo mais complexo da relação problemática entre educação e modernidade.

Atualmente, a disputa não está tão explícita, devido à rejeição que algumas abordagens teóricas fazem dos métodos de alfabetização, principalmente, os tradicionais. Porém, o método fônico, em voga no contexto atual, é alvo de muitas críticas.

Atualmente, os métodos tradicionais são alvos de críticas quanto ao seu aspecto mecânico e positivista, por enfatizarem apenas os processos de codificação e decodificação, utilizando a língua escrita como ferramenta didático-pedagógica. Neste cenário de discussões sobre alfabetizar existem querelas entre diferentes tipos de métodos.

Hoje, com a liberdade da atuação do professor em sala de aula, cada professor assume um caminho ou metodologia segundo sua formação e seus interesses. Infelizmente o ensino fica refém de uma busca de interesse do professor, que na verdade deveria conhecer e ampliar sua visão nos mais variados métodos e analisar sua realidade para assim aplicá-los. Hoje, portanto busca-se um ensino de qualidade, sem sequer assumir um método, ou um nome para o método utilizado. As escolas assumem uma mistura de diversas práticas contidas nos métodos que fazem parte da história da alfabetização no Brasil.

CAPÍTULO 2 - MÉTODO MONTESSORI NA ALFABETIZAÇÃO

Maria Montessori desenvolveu uma pedagogia em oposição aos métodos tradicionais de educação, por não considerarem as necessidades e os mecanismos evolutivos que faz parte do desenvolvimento infantil. Em seu método, a criança é considerada livre para se autoeducar através das suas próprias experiências. E para isso, garante atividades com essa finalidade, baseadas no fato de que se aprende melhor pela procura e descoberta do que pelo conhecimento imposto e autoritário vigente dos métodos tradicionais. É através do interesse e da livre escolha pela atividade que Maria Montessori explica a capacidade de imaginação e concentração nas atividades realizadas.

Montessori destaca a importância da escola enquanto meio absorvido pela criança, em termos de silêncio e autocontrole, na progressão (inicialmente o controle de si, em seguida o controle das coisas), o respeito pelos outros, na modificação e adaptação do mobiliário às crianças, na utilização de materiais específicos que visam promover a aprendizagem nas diferentes áreas (sensorial, vida prática, Linguagem e Matemática),

Segundo Montessori, o desenvolvimento da criança se dá de dentro para fora, portanto deixa de fazer sentido a ideia de ensino como apresentação de conteúdos que formarão o arquivo de informações tornando-a educada, pois esse processo é inverso e pressupõe uma educação de fora para dentro. Ao contrário, ela considera que educador deve respeitar os estágios de desenvolvimento da criança, dando atenção às suas necessidades, habilidades e evoluções de acordo com a sua idade.

Enquanto a pedagogia tradicional admite o professor como principal auxiliador no processo de aprendizagem, sendo esse auxílio direto, Montessori insiste em que a ajuda seja indireta, ao fornecer e preparar um ambiente preparado para o aprendizado eficaz, atuando como mediador. O potencial latente na criança é o ponto de confiança na educação para Montessori.

É necessário condições adequadas para a vivência que resultará no potencial e no aprendizado com qualidade, e além disso na atualização desse autoconhecimento, pois a criança é um ser em desenvolvimento e rica em possibilidades. E é a fim de atender essa necessidade que o Sistema Montessoriano se aplica, fundada numa pedagogia em que a criança é o centro, e em condições potenciais para ela.

—Ajude-me a crescer, mas deixe-me ser eu mesmo” diz Maria Montessori, alertando para uma educação que respeite as especificidades de cada ser, exigindo então que o educador esteja preparado para as diversas variáveis e acredite então, nas experiências vividas até então por esse aluno para permear as próximas.

Jogos como tangram, construção de blocos, dominó de imagens e contas matemáticas, quebra cabeças e sequencia lógica possibilitam a imaginação e concentração e geram conhecimento e aprendizado concreto, com resultados a curto prazo, a elaboração de estratégias, o prazer da conquista ou a persistência após uma má estratégia levando a outra alternativa. São exemplos de atividades que não são perigosas de uso individual da criança, podem ficar acessível, tem começo, meio e fim, e são funcionais quando se trata da fase que antecede, ou presente de leitura e escrita como já visto anteriormente.

Montessori (1965, p. 183-184) descobriu que a aprendizagem da escrita está também vinculada aos exercícios sensoriais, motores e perceptivos, ao passo que para —[...] escrever é necessário realizar dois movimentos diferentes: aquele que reproduz a forma, e aquele pelo qual se maneja o instrumento”.

O primeiro diz respeito ao traçado das letras, em que a criança passa o dedo em materiais feitos no formato de cada letra do alfabeto, sejam de madeira, de lixa, permitindo a percepção motora e visual do movimento necessário para escrita dos sinais gráficos. Há também a possibilidade da escrita do formato da letra em caixas de areia. É interessante possibilitar a escrita e a sensação de materiais diferentes a fim de concretizar a assimilação do conhecimento no cérebro da criança, causados pelo próprio movimento, ou seja, um autoconhecimento. E o segundo refere-se ao treinamento da mão que possibilita

o movimento do lápis para conseguir traçar as letras do alfabeto.

Para Maria Montessori é possível que aprender a escrever anteceda o processo de aprender a ler, visando a preparação muscular e coordenação motora necessária para garantir os movimentos da escrita, que são praticados muito antes de aprender a ler. Já a —[.] leitura faz parte de uma cultura intelectual abstrata: é a interpretação de ideias emitidas por símbolos gráficos, somente mais tarde serão adquiridos” (MONTESSORI, 1965, p.187).

O material do método Montessori é rico e pode ser utilizado para a preparação do processo de escrita. Como diria Montessori (1965, p.193), —~~da~~ preparação, por mais longínqua e indireta que possa parecer, é uma preparação da mão para escrever”. Como exemplos temos os movimentos de pinça, controle de movimento de um conteúdo de um objeto para outro, noção de limites e destreza com a tesoura em movimentos parecidos com os da escrita das letras.

No método Montessori, há a prática de desenhar as formas geométricas garantindo assim, o traço de diferentes formas, e o movimento circular e triangular presentes no sistema de escrita futuramente, conduzindo à movimentos e traçados firmes e exatos.

Além das atividades mais direcionadas à escrita, existem também às que contribuem indiretamente, como jogos de sequencia lógica com figuras, atividades de concentração como blocos de tamanhos crescentes e decrescentes, quebra cabeça e o desenho livre.

Todos os materiais e atividades são bem organizados, para gerar nas crianças um senso de ordem e estética, pois torna ainda mais prazeroso realizar uma atividade atrativa aos olhos, além disso, trata-se da colaboração, pois cada criança que usa e guarda mantém a ordem e incentiva a outra a fazer o mesmo. Todas as crianças tem acesso aos materiais em sala, para isso, o espaço é planejado no tamanho e possibilidades peculiares a idade.

Atividades de vida prática como varrer a sala de aula, limpar a tela que foi desenhada, limpar os vidros, regar as plantas da horta, cuidar dos materiais com

excelência também fornecem elementos indiretos para a aprendizagem da escrita, pois possibilitam uma educação integral da criança, que é capaz de exercer múltiplas funções, e acredita na sua capacidade, por isso se arrisca a escrever e conseqüentemente a ler para atualizar cada vez mais seus potenciais.

A partir do método fônico, existe uma prática Montessoriana influente diretamente no ensino das letras, no que diz respeito ao método fônico mais especificamente, se trata do Alfabeto Fônico. Normalmente se usa uma caixa, com um compartimento para cada letra na qual as crianças armazenam nas respectivas letras objetos que tenham o nome com a primeira letra correspondente. Esses objetos são comuns a vida de qualquer criança, e não tem nenhuma restrição. Dessa forma a criança associa o som ao fonema, de forma lúdica, e auto exige lembrar o nome de cada objeto, o som da primeira letra e a forma imaginária da letra para assim conseguir completar a caixa corretamente. Aos poucos isso vira uma prática, e esse exercício se torna natural, portanto a criança passa a reconhecer a primeira letra de cada palavra e progressivamente todas as letras que a compõe, seguido de seus respectivos sons.

Outra prática comum do método Montessori, é a de recortes em revistas de símbolos, desenhos ou figuras que iniciem com a letra escolhida pela criança naquele dia, forma-se então um caderno com o alfabeto ilustrado para cada criança. O processo de aquisição de conhecimento é muito semelhante à prática descrita anteriormente.

A lição para Montessori tem três tempos, desde às primeiras atividades nos anos iniciais da vida da criança. Garantindo no primeiro momento *“a exatidão da palavra e associação da percepção sensorial com o nome”*, ou seja, a professora apresenta o objeto, dizendo o nome mostrando como se exerce o movimento esperado para aquela atividade. Já o segundo a *“distinção do objeto correspondente ao nome”*, ou seja, é a possibilidade da criança executar a ação demonstrada anteriormente. E por fim *“lembrar-se do nome correspondente ao objeto”*, momento de concretização da atividade na qual a criança desenvolverá

sozinha, sabendo o nome e a tarefa esperada dela com aquele objeto. Não necessariamente nessa apresentação nascerá o interesse e a busca espontânea por aquela atividade, mas a criança saberá quando quiser voltar a exercer aqueles movimentos, e saberá do que se trata e como ela já foi capaz de fazer e fará novamente quando quiser.

Existem, portanto, diversos materiais que permitem o desenvolvimento da escrita segundo os sons representados por cada letra apresentada. São diversos os materiais utilizados para o ensino da escrita, de acordo com Silva (1939, p.51-52) podem ser: —alfabetos de letras cursivas [...]; de madeira envernizadas e pintadas, as consoantes de azul e as vogais de vermelho”; —cartões com a reprodução das letras, nas mesmas cores”; entre tantos outros.

O material é um dos principais auxiliares do desenvolvimento das hipóteses de escrita das crianças, as quais realizam exercícios de formação de palavras e de frases com base na associação entre sons e letras, controlando os erros por meio do próprio material. Segundo Montessori —a escrita é aprendida em muito pouco tempo porque o seu ensinamento só é ministrado àquelas que manifestam desejo de aprendê-la [...]

Montessori (1965, p.214) afirma que sua metodologia —[...] de escrita prepara para a leitura [...], visto que as crianças precisam interpretar a união dos sons que compõem a palavra a ser escrita. A composição de palavras por meio da junção dos sons é o primeiro passo para o entendimento de que as palavras escritas fornecem informações ao leitor. Para desenvolver a leitura com as crianças.

Para Montessori, na construção da leitura, o aluno age, também, ativamente refletindo sobre o que é lido, não se prende apenas à decodificação do código escrito, mas vai além deste exercício, ou seja, pratica um ato reflexivo: a interpretação e retenção de mensagens, sendo possível a compreensão dos significados sobre o que está escrito. Nota-se então, a função direta de escrever para que alguém leia, e tornando funcional e significativa passa a ser natural.

Assim, na visão de Montessori quem lê interpreta a visão de outro a partir de seus conhecimentos.

Para Cagliari (1989) quando a escrita não está relacionada à sua realidade pode apresentar estranheza e inutilidade às crianças dos meios mais desfavorecidos. Já para alunos que desde muito cedo tem contato direto com jornais, revistas e livros, a escrita realizada na escola atende às expectativas esperadas do desenvolvimento dos alunos. Para o autor, cabe aos professores compreender que para alfabetizar crianças de diferentes realidades devem colocar em práticas diferentes estratégias.

Diante do exposto, a leitura está inserida nesse contexto de alfabetização da mesma forma que a escrita, ou seja, como habilidades a serem adquiridas pelos alunos e no aprendizado do seu uso nas diversas práticas sociais que envolvem o ato de ler, a compreensão do leitor. Adjacente a isso, faz uma declaração a respeito da temática alfabetização e letramento:

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se *no contexto de e por meio de* práticas sociais de leitura e escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver *no contexto da e por meio da* aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (Soares 2003, p.14, grifos da autora)

Portanto, a escola além de, representar uma instituição que ensina formalmente o sistema de escrita alfabética e a leitura fluente, é um espaço que promove atividades para ampliar as práticas sociais de leitura e escritas em diversos contextos dos alunos fora da escola.

Para exemplificar atividades que contemplem o letramento, podemos citar: o trabalho de escrita e de leitura com diversos gêneros textuais, como por exemplo: cartas, bilhetes, recados, receitas, entre outros. Assim, o contato com diferentes textos auxilia na reflexão de que cada situação vivenciada exige a

utilização de um determinado gênero textual.

Na prática Montessori, tem-se o costume de deixar bilhetes, que funcionam como enigmas para os alunos, sem nenhuma obrigatoriedade, eles passam a querer ler para receber a informação contida naquele ambiente onde estão.

Para Soares (2010) apropriar-se da leitura e da escrita é saber aplicar essas competências em momentos distintos na sociedade, é usar o aprendizado do ler e escrever para responder a certas finalidades, ou seja, a redação de um jornal demanda um tipo de escrita, as narrações de histórias infantis ou de jogos de futebol demandam outra, um livro didático, outra e assim por diante.

O método Montessori em seu eixo: vida prática incentiva os alunos a se organizarem em seu dia a dia, como ocorre na idade avançada. O ambiente alfabetizador é caracterizado por livros a disposição, atividade culinária em que se decifra receitas nutritivas, e tabelas que organizam a ordem de cada tarefa por dia com o nome dos alunos. Acessibilizando informações gráficas que serão fruto de reconhecimento, com aproximação diária.

Neste sentido, considera-se, então, de extrema importância que a alfabetização seja exercida num contexto de letramento, isto é, que a aprendizagem da leitura e da escrita aconteça concomitantemente às atividades que utilizem gêneros de circulação sociais, pretendendo, assim, a formação de pessoas, que além de saber ler e escrever saiba fazer uso dessas habilidades adequadamente.

2.1 Jogos e brincadeiras no processo de alfabetização e letramento

Aprender a ler e a escrever envolve uma complexidade no processo, demandando habilidades e competências do aluno, tanto motoras quanto cognitivas. É necessária a decodificação, interpretação, assimilação das letras quando juntas gerando um sentido, e formando palavras que juntas somam um contexto que gera entendimento do texto. Por isso, ler envolve a visão do que está escrito, e a conexão da palavra sendo conhecido na história do leitor.

Enquanto lê, a mente relaciona as informações dando maior sentido, e facilitando a compreensão. Foi necessário o conhecimento das letras, a decodificação, a associação letra e som, a capacidade de formação de sílaba, depois palavra, e portanto frase e texto. E juntamente a esse processo tem o entendimento de palavras inseridas em um mesmo contexto com a intenção de emitir alguma informação específica.

O processo de ensino-aprendizagem deve considerar que a vida moderna exige leitores competentes de vários textos, compreendendo para que servem e como utilizá-los. Sendo assim, possibilitar situações para o que o sujeito tenha o domínio das habilidades de leitura, de expressão oral e de produção de textos verbais e não verbais é condição fundamental para o sucesso na vida em sociedade e na escolarização. (SILVEIRA, 2008, p. 21).

Envolve-se nesse processo, portanto, a capacidade de traduzir em palavras em que aquele texto contribuiu, ou qual a função dele, ou a síntese das informações adquiridas como conhecimento.

Ao longo do tempo o leitor adquire fluência, e desenvolve melhor as capacidades de leitor, esse processo inclui novas palavras ao vocabulário e enriquece o histórico de experiências vividas na leitura.

Partindo do pressuposto de que ler e escrever exigem habilidades mentais complexas, e unificam vários passos para a ação de ler e escrever. É importante pensar, também no papel do professor mediante a tamanho esforço para as crianças de 6 anos, idade em que se inicia o processo de alfabetização no Brasil atualmente. O professor deve agir como mediador desse conhecimento, cria um ambiente em que as palavras, em diversos portadores textuais, fazem sentido aos alunos, incorporadas a sua área de interesse.

Ao compreender o dever do professor em situar o conhecimento na leitura e escrita com o contexto próprio ao universo infantil, levantamos características desse universo que possibilitam um potencial mais elevado nesse trabalho.

O recurso pedagógico mais interessante para as crianças é o brincar, é brincando que eles interagem, se esforçam, e aprendem com prazer. As formas de educar, inclusive na fase de aprendizagem da leitura e escrita que usam como recurso jogos, brincadeiras, objetos lúdicos e exemplos significativos para as crianças os envolvem de forma natural, e auxilia o processo considerado complexo a ser possível e realizável com prazer.

A ludicidade é fundamental para o processo de aprendizagem das crianças e os jogos e brincadeiras servem como instrumento de apoio para o ensino das letras na idade pré escolar e nos anos iniciais do ensino fundamental. O jogo exige uma atividade do sujeito, que conclua as melhores estratégias, reflita, permaneça mediante as dificuldades, avalie e se recupere para se manter jogando. O jogo enquanto suporte para o processo de leitura e escrita, se dará na reflexão das palavras, além do aspecto semântico, e além da associação grafema-fonema.

Para que a alfabetização aconteça, é necessário compreender o aluno com dimensões motoras, comunicacionais e sociais saudáveis. Em relação à prática do professor, deve-se pensar jogos e brincadeiras que tenham essa finalidade.

Para ler e escrever o aluno precisa de componentes como capacidade de concentração, habilidade motora bem desenvolvida, autoconfiança, persistência, e a capacidade de enxergar um resultado final, ou seja, uma finalidade que para ele garanta o significado. Nada pior do que se esforçar em uma ação que nada representa, ou que o resultado acontecerá em longo prazo. Para as crianças, a aprendizagem na alfabetização deve gerar frutos visíveis possibilitando uma prática cada vez mais prazerosa.

Além disso, o jogo e a brincadeira funcionam como ferramenta de tornar mais agradável o ensino das letras, podendo usar a criatividade, chamar atenção com cores, formas, tamanhos diversificados ao apresentar o sistema nacional de escrita. Para ajudar os alunos a associação de sons, pode se utilizar de elementos sonoros, músicas como estratégias. Conforme pensamos sobre

esse assunto, vemos as possibilidades ampliadas, pois através da brincadeira usa-se o irreal e abstrato, universo presente na imaginação e contexto infantil.

Para o professor o jogo e a brincadeira são elementos que permitem observação e avaliação precisas, de diferentes aspectos, permitindo uma visão sob perspectiva mais detalhada do que dentro de sala de aula numa mesma metodologia. Há também a alternativa de deslocar crianças, formando grupos, aproximando potenciais, considerando especificidades de cada aluno e garantindo uma maior qualidade nessa aprendizagem.

Frade (2003) ao discorrer sobre as práticas pedagógicas e suas relações com as perspectivas do letramento e alfabetização ressalta que as especificidades da alfabetização são importantíssimas para o aprendizado do sistema de escrita, e evidencia que muitos jogos podem contribuir para este aspecto da aprendizagem, já que proporcionam a utilização de atividades silábicas e fonéticas.

Conforme alguns trabalhos apresentam, o jogo pode trazer contribuições não apenas para a aprendizagem inicial da escrita – a alfabetização – mas pode ser um recurso do professor para o ensino de outros componentes curriculares, bem como ser um instrumento específico para a aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica do ensino da leitura e da escrita permite uma visão da alfabetização com olhares e interesses diferentes desde o período colonial até atualmente. Nota-se que o primeiro interesse dos jesuítas era a catequização dos filhos dos colonos e dos índios, transformando-se então no interesse de formação das elites dominantes. Nesse período se referia ao processo de escolarização com o uso dos termos instrução e ensino das primeiras letras.

A partir da tentativa de universalização do ensino no século XIX, ocorre o processo de escolarização e a descentralização da educação, que sistematiza o ensino através dos métodos de alfabetização chamados analíticos e sintéticos.

No século XX, o construtivismo gera a oposição aos métodos tradicionais e o que é chamado —~~de~~ “metodização da alfabetização” surgindo discussões teórico-metodológicas até hoje. É certo, que ainda existem dificuldades de aprendizagem no que diz respeito a alfabetização no Brasil, principalmente no ensino público. E há a necessidade de estudos históricos para conhecer evoluções nessa área, e sabermos usa-las corretamente para auxiliar num país que é alfabetizado com qualidade.

É visto, atualmente, no Brasil, uma tentativa de repensar a prática pedagógica do professor alfabetizador, através de políticas públicas, programas de formação de professores visando a melhoria do Brasil na prática de ensino de leitura e escrita. Destaca-se a importância de revisitar as práticas da história da alfabetização a fim de refletir no direito de uma aprendizagem de qualidade para cada ser humano, independente da sua condição, e particularidade, seja ela social, emocional e principalmente as diversidades naturais.

A discussão dos métodos se faz utilitária, no que tange ao conhecimento de experiências já realizadas, e os resultados atingidos, destacando a observação nos interesses da época, na mudança de configuração de acordo com as políticas públicas, e na riqueza de possibilidades para educar. Ampliar o conhecimento da alfabetização,

segundo métodos que fujam ao clássico e tradicional permite maior abrangência nas condições de trabalho. Quando se tem mais opções, pessoas que estudaram, e se envolveram na criação de um método por aor à educação, nada mais justo do que conhecer, e refletir a prática de cada educador.

Como se mostrou nessa presente pesquisa, a prática de estudar a história dos métodos não é nova, e não se trata de achar o método ideal para solucionar a educação, no que diz respeito a alfabetização no Brasil. A questão dos métodos é importante pois se trata sim da perspectiva do aluno, e de repensar as possibilidades de um aprendizado melhor a ele, mas também e principalmente por pensar esse ponto juntamente com a prática dos educadores. Tornando responsabilidade dupla a ação de alfabetização. Como se ensina, a quem se ensina, quando se ensina fazem total diferença ao longo da história como pode-se perceber.

Discutir os métodos é olhar sob uma única ótica a educação que é multifacetada. Porém desconsiderar esse estudo é como apagar a história e a experiência rica vivida por alguém. Deve-se tomar cuidado, para ao se tratar de história, não encarar como apagada, retrógrada, e ultrapassada, porém também se deve ter o cuidado ao revivê-la no presente, considerar os avanços e novos estudos e possibilidades da área, como apresentado aqui o método Montessori.

Com esse estudo é visível o respeitar à individualidade da criança centraliza-la como agente de sua própria aprendizagem a fim de propor melhores condições de crescimento e de conscientização de que eles são capazes de se perceberem e responderem as inúmeras situações que lhe são apresentadas. O aluno percebe o seu valor no sistema Montessoriano e vai se construindo internamente.

Assim, observamos uma liberdade que voa longe do autoritarismo, para atuar com prazer no seu próprio processo de aquisição do conhecimento. Fica nítido o destaque na organização do espaço e preparação do educador para fazê-lo. É notável notar que a aprendizagem da leitura e da escrita acontece tanto pelo material, como recurso didático em si, tanto indiretamente pelas mediações dos educadores.

Dessa maneira, conclui-se que a construção da leitura e da escrita a partir do

método Montessori se dá de forma rica, não mecanicista, nem programada. Porém como objetivo caro da pesquisa foi expor uma possibilidade pouco conhecida e tão útil para a aquisição do conhecimento no processo de leitura e escrita. Fugindo, pois, dos padrões de pensar alfabetização apenas como codificação e decodificação, mas alastrando seu campo para o antes, o preparatório, e a realidade do universo infantil para esse processo.

REFERÊNCIAS

- AZANHA, J.M.P. "**Cartilha escolar brasileira**". Revista USP, dez./jan./fev., 1190-91. N° 8, pp. 65-69
- AZEVEDO, F, de. **A transmissão da cultura**. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976
- BRASIL, Ministério da Educação: **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação. Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. - Brasília, MEC, SEB, 2012.
- BERGER, M. **Educação e Dependência**. 3 ed. São Paulo: Difel, 1980
- BRASLAVSKY, B. **Problemas e métodos no ensino da leitura**, Trad, A. Minicucci, São Paulo: Melhoramentos, 1968.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. A Escrita In: **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1989.
- CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e Letrar: um dialogo entre teoria e prática**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007
- FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. Trad. Horacio Gonzales. São Paulo: Cortez, 1985.
- FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua escrita**. Tradução de Diao Myriam. Porto Alegre: Artmed, 1999
- FRADE, Isabel C. A. da S. **Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização**: perspectivas históricas e desafios atuais. v.32, n.01, p. 21-40.UFSM, Minas Gerais, 2007.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 4 ed. São Paulo: Cortês, 1983.
- GIL, Antônio, C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MACIEL, F.I.P História de Alfabetização: perspectivas de análise. In: VEIGA, C.G; FONSECA,T.N.L (Orgs). **História e Historiografia da educação no Brasil**, Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MONTESSORI, M. *Pedagogia Científica. A descoberta da criança*. Tradução Aury Azelio Brunetti. São Paulo: Flamboyant, 1965.

MORTATTI, Maria do R. L. **Alfabetização no Brasil**: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação*. Marília: UNESP, 2010.

MORTATTI, Maria do R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil** 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivo/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextal.pdf. Acesso em setembro/2016

PAIVA, J .M. de Educação jesuítica no Brasil colonial. In LOPES, E.T.;FARIA, Filho, L, M; VEIGA, C, G. (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

RUSSO, Maria de Fátima. **Atividades em alfabetização: teoria e prática na utilização do nome próprio**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010

SILVEIRA, C. A. F. **Os processos inferenciais via jogos de regras na compreensão da leitura**. 2004 Dissertação(mestrado) ,Universidade Estadual de Campinas-Faculdade de Educação. Campinas, 2004

SMOLKA, A.L.B. **A criança na fase inicial da escrita**: Alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed da Unicamp, 1989.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*. Minas Gerais, 2004

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

Ana Paula Jansons Almeida
Aluna

Andreia Osti
Prof^a Dr^a Orientadora